

## Ministro Reynaldo Soares da Fonseca completa 5 anos no STJ

O ministro Reynaldo Soares da Fonseca completa nesta terça-feira (26/5) cinco anos de sua posse no Superior Tribunal de Justiça, período em que julgou mais de 56 mil processos como relator — entre decisões monocráticas (38.044) e colegiadas (18.478).

Reprodução



Reprodução Ministro Reynaldo Soares da Fonseca completa cinco anos no STJ

Atualmente, integra a 5ª Turma, que presidiu entre 2016 e 2018, e a 3ª Seção, órgãos especializados em direito penal. É também integrante da Comissão de Regimento Interno do STJ e professor da Universidade Federal do Maranhão.

Em 2015, ao ingressar no tribunal, Reynaldo Soares da Fonseca assumiu um acervo de 9.347 processos, número que caiu hoje para 2.089 — dos quais apenas 614 aguardam decisão no gabinete; 354 estão no Ministério Público Federal; outros 1.008, na coordenação processante, e 113 estão pendentes de publicação.

### Carreira

Natural de São Luís, o ministro foi servidor do Tribunal de Justiça do Maranhão (de 1982 a 1985) e da Justiça Federal no mesmo estado (de 1985 a 1986). Exerceu, a partir de dezembro de 1986, o cargo de procurador do Estado do Maranhão.

Em 1992, ingressou no cargo de juiz de direito substituto do Distrito Federal. A partir de 1993, foi juiz federal substituto na Seção Judiciária do Distrito Federal. Em 1996, promovido por merecimento, assumiu como juiz federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão.

Retornou ao DF em 1999, assumindo a titularidade da 22ª Vara, onde permaneceu até a sua posse como desembargador no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 2009.

O ministro possui vasta publicação acadêmica em temas diversos — entre eles, com destaque, o princípio da fraternidade na Justiça. Formado em direito pela Universidade Federal do Maranhão, tem especialização em direito constitucional pela mesma universidade e em direito penal e processual penal



pela Universidade de Brasília.

É mestre em direito público pela PUC-SP, doutor em direito constitucional pela Faculdade Autônoma de São Paulo e pós-doutor em democracia e direitos humanos pela Universidade de Coimbra (Portugal).  
*Com informações da assessoria de imprensa do STJ.*

**Date Created**

26/05/2020